



»Entrevista | TADEU DE ALENCAR | SECRETÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

Integrante do Ministério da Justiça destaca que o Estado Democrático de Direito saiu mais forte dos ataques golpistas de 8 de janeiro, “em uma compreensão clara de que é um bem muito precioso para ser vilipendiado da forma como foi”

“Não se pode brincar com a democracia”

» ANA MARIA CAMPOS
» DENISE ROTHENBURG
» VITÓRIA TORRES*

Na avaliação do secretário nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça, Tadeu de Alencar, o ato programado para a próxima segunda-feira, quando se completa um ano dos atos golpistas de 8/1, “servirá para que as gerações futuras saibam que com determinadas coisas a gente não pode brincar”. “E a democracia é uma delas”, enfatizou, no programa CB.Poder, parceria entre o Correio e a TV Brasília. Alencar destacou que a pasta tem feito um monitoramento para que a data transcorra com toda segurança. A seguir, os principais trechos da entrevista.

Como avalia o ato que ocorrerá em 8 de janeiro?

Tenho certeza de que servirá para que as gerações futuras saibam que com determinadas coisas a gente não pode brincar, a democracia é uma delas. Foi um momento muito angustiante e difícil para todos os brasileiros, muito grave na história recente do país. Mesmo com tentativas de golpes de Estado e ataques à democracia, nós reagimos. A democracia saiu mais forte desse

episódio, em uma compreensão clara de que é um bem muito precioso para ser vilipendiado da forma como foi. Inclusive, quando olhamos os efeitos dessa agressão, a selvageria ao Supremo Tribunal Federal (STF), pois a Corte foi um muro de contenção contra várias tentativas. Isso é como aquele empurrão que o agressor de uma mulher às vezes dá, é uma antecipação da violência futura. Muitas coisas foram minimizadas ao longo da gestão do ex-presidente Bolsonaro, incluindo ataques à institucionalidade; à Justiça Eleitoral; rojões atirados contra o STF; agressões à imagem, à honra e à conduta dos ministros da Suprema Corte. Então, culminou com esse ato de selvageria do 8 de janeiro.

Como estão os preparativos?

Estamos monitorando para garantir que ele se faça com toda segurança. Isso é um papel regular das polícias. Estamos participando também da estruturação do aparato de segurança, mas vai ser um belo momento de celebração democrática.

O Judiciário tem hoje uma visão mais conciliada com a questão do combate ao crime organizado?

O que está mudando no país é que determinadas coisas que foram vistas como normais estão começando a mudar.

Kayo Magalhães/CB/D.A Press



Vamos celebrar no dia 8, estamos monitorando para garantir que ele se faça com toda segurança”

Recentemente, vimos um determinado magistrado de um estado autorizar que um dos maiores líderes de facção criminosa — num argumento de proteger e auxiliar um filho autista

— fosse liberado para o regime domiciliar. O relator do processo, no dia seguinte, cassa aquela decisão, mas a liderança já tinha se evadido. Evidentemente, não estava cuidando do filho autista.

A novidade é que, na mesma semana, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), com unanimidade, suspendeu esse magistrado. Isso é totalmente em linha com a percepção geral da sociedade de que não podemos tratar alguém que cometeu uma criminalidade, que também deve ser responsabilizado, igual a um líder de facção criminosa, cujos efeitos da sua conduta criminosa afetam o país. Acho que essa percepção está mudando no Judiciário.

Como é que está sendo o trabalho de descapitalização dessas facções?

Na hora que você prende um líder de uma facção criminosa, imediatamente outra liderança assume o papel. Então, essa repressão é importante, mas é uma atuação no varejo, não desorganiza uma organização criminosa. O ministro Flávio Dino lançou o Programa Nacional de Enfrentamento às Organizações Criminosas (Enfoc), que aumenta a eficiência das nossas polícias, mas principalmente fortalece a inteligência financeira. Esse programa tem diversos eixos, um deles também diz respeito a portos e aeroportos, fronteiras e divisas. O Brasil faz fronteira com um dos maiores produtores de droga do mundo, mas essa não é uma responsabilidade só de quem produz a droga. Somos

grandes consumidores e somos caminho de passagem também.

O STF discute a descriminalização do uso de algumas drogas. Como isso se reflete no dia a dia do tráfico de drogas?

Acho que o debate no Supremo não tem nada a ver com esse enfrentamento às organizações criminosas que vivem, naturalmente, do consumo da droga, mas que independe de ser autorizado ou não. É um debate que tem a ver com saúde pública, com o usuário. É diferente daquele que alimenta essa cadeia criminosa por ser o traficante. O debate na Corte é um e a disposição do governo do presidente Lula e do Ministério da Justiça é de um enfrentamento que é singular. Inclusive, com a GLO (Garantia da Lei e da Ordem), localizada no Rio de Janeiro, onde as Forças Armadas cumprem um papel muito importante na grande porta de saída dessa produção de droga, que é feita nos países fronteiriços. Quando apreendemos droga no ambiente dos aeroportos, são quilos de droga. Quando são dos ambientes portuários do Brasil, são toneladas, mostrando que precisamos investir em tecnologia nos portos.

* Estagiária sob a supervisão de Cida Barbosa

Tânia Régio/Agência Brasil



Cappelli se reunirá, hoje, com as demais autoridades para fechar o reforço na vigilância

Segurança reforçada para o 8/1

» ÂNDREA MALCHER

O ministro da Justiça em exercício, Ricardo Cappelli, afirmou, ontem, que não há “preocupação maior” com a segurança dos eventos da próxima semana, que marcarão um ano dos atos golpistas do 8 de janeiro. Está prevista uma solenidade no Congresso, batizada de “Democracia Restaurada”, e os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) estarão presentes na abertura da exposição *Após 8 de janeiro: Reconstrução, memória e democracia*.

Cappelli, em entrevista à Rádio Eldorado, foi questionado sobre a possibilidade de manifestações dos apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) na próxima segunda, que marca exatamente um ano dos ataques. “A segurança será reforçada, haverá monitoramento. O monitoramento está em curso”, frisou.

De acordo com ele, “até o momento, não há nada que gere preocupação maior, adicional”. “Claro que essas informações de inteligência mudam todo dia, mas, até o momento, não há nada que gere preocupação”, reiterou o ministro interino.

Autoridades do Congresso, que receberá a cerimônia; Palácio do Planalto; e Supremo Tribunal Federal (STF) se reuniram, na última semana, para tratar da segurança do evento. É certa a presença dos presidentes dos Três Poderes: Luiz Inácio Lula da Silva (PT), do Executivo; Rodrigo Pacheco (PSD-MG), do Legislativo; e Luís Roberto Barroso, do Judiciário. A expectativa é de que ao menos 500 convidados compareçam ao ato no Congresso — com duração prevista de uma hora e meia.

Cappelli se reúne, hoje, com as demais forças de segurança para fechar o esquema de segurança para a próxima semana. O plano está sendo montado por Ministério da Justiça, polícias Federal e Legislativa, bem como Gabinete de Segurança Institucional (GSI).

Lula definiu o evento em memória dos ataques aos prédios-sede dos Poderes, ainda no ano passado, e Pacheco comentou com jornalistas que tinha viagem programada no período e foi convocado pelo presidente a estar presente na capital para a ocasião.

Alguns governadores alinhados ao ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), como o do Distrito Federal,

Ibaneis Rocha (MDB) — afastado pelo STF do cargo no dia dos ataques até 15 de março do ano passado por “conduta dolosamente omissiva” —, e o de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), já avisaram que não participarão da solenidade por estarem de férias. Tarcísio, inclusive, viajou à Europa e só retornará a São Paulo no dia seguinte ao evento.

Celina Leão (PP) representará o governo do DF. Ronaldo Caiado (União), de Goiás, é outro que não virá a Brasília. A informação oficial é de que ele estará internado para um checke a partir de sábado.

Correligionários de Bolsonaro, Cláudio Castro e Jorginho Mello, governadores do Rio de Janeiro e de Santa Catarina, respectivamente, também não devem comparecer. Jorginho alegou que permanecerá no estado devido a “compromissos previamente marcados”.

Já Romeu Zema (Novo), governador de Minas Gerais, está de férias e ainda não teria definido se vai comparecer ao ato. O governador do Paraná, Ratinho Júnior (PSD), por sua vez, afirmou que o convite para a cerimônia não foi feito.

EXPRESSÃO DE OPINIÃO

NOTA DO SETOR PRODUTIVO

O setor produtivo, representado pelas entidades empresariais da agropecuária, do comércio, da indústria, dos serviços e dos transportes, recebeu com surpresa e inconformismo as medidas de aumento de tributação anunciadas no final de 2023 e a forma como foram efetivadas, por meio da MP 1202, sem diálogo prévio com as entidades e em oposição a posições recentemente tomadas pelo Congresso Nacional.

A MP 1202 reonera a folha de pagamentos de 17 setores da economia, limita o uso de créditos tributários decorrentes de decisões judiciais definitivas para pagamento de tributos federais e revisa o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse). Todas essas medidas aumentam o ônus tributário que recai sobre o setor produtivo, principal e fundamental gerador de riquezas e empregos que levam ao desenvolvimento econômico e social sustentável.

Além de equivocada do ponto de vista econômico, a MP 1202 anula decisões recentes do Congresso Nacional, que por duas vezes em 2023 decidiu pela manutenção da desoneração da folha de pagamento, tendo sido derrubado o veto da Presidência da República, numa demonstração inequívoca da vontade política.

A reoneração da folha de pagamentos aumenta o custo de empregar no Brasil e prejudica ainda mais a competitividade da indústria e do comércio, que já enfrentam concorrência desigual com as importações, em especial com o comércio eletrônico internacional, que não paga os mesmos tributos pagos pelo setor produtivo nacional. Uma situação que já nos impõe a necessidade de questionarmos judicialmente tal equívoco. E que, se revertida, se converterá em uma grande oportunidade para, ao mesmo tempo, aumentar a arrecadação federal e garantir a justiça tributária entre a produção nacional e as importações.

O setor produtivo entende a importância de se buscar o ajuste das contas públicas para que a economia possa crescer de forma sustentada. No entanto, o que temos observado é o aumento das despesas do setor público e a busca do equilíbrio fiscal com o aumento contínuo da receita. O ônus do ajuste não pode cair apenas sobre o setor produtivo. O setor público precisa dar sua contribuição, reduzindo e tornando mais eficientes os seus gastos. Esperamos que o próprio governo reconsidere o envio da MP 1202. E, caso não seja esse o entendimento, que o presidente do Congresso Nacional possa devolver a MP.

As entidades que representam o setor produtivo consideram que o diálogo é o único caminho para que as políticas públicas cumpram seus objetivos. O crescimento econômico e o equilíbrio fiscal são objetivos de toda a nação. Para alcançá-los, é preciso a participação de todos na busca das convergências e dos entendimentos. O setor produtivo está comprometido com o desenvolvimento econômico e social do Brasil.

